



Expresso

10-06-2017

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 131300

Temática: Energia,Justica

Dimensão: 5512 cm<sup>2</sup>

Imagem: S/PB

Página (s): 1/3 a 5

# Governo vai exigir €500 milhões à EDP

- ➔ Executivo quer reaver dinheiro pago a mais durante dez anos ➔ Ministério Público suspeita de que **EDP foi beneficiada em mais de mil milhões**
  - ➔ Saiba tudo o que está a ser investigado P3 A5
-

Rendas Primeiro-ministro abriu as hostilidades no clima tenso entre o Governo e a EDP

# Governo quer recuperar até 500 milhões da EDP

HELENA PEREIRA

O Governo desconfia das “manhas” das elétricas, como António Costa disse esta semana no Parlamento, e já está a trabalhar para tentar recuperar o dinheiro que o Estado terá pago a mais à EDP nos últimos 10 anos. Os cálculos ainda estão a ser feitos, mas já há uma previsão de montante, apurou o Expresso: até 500 milhões de euros.

O Executivo aguarda o relatório da Entidade Reguladora da Energia (ERSE) que está a analisar todos os Custos para a Manutenção do Equilíbrio Contratual (CMEC) e que permitirá fazer um acerto de contas sobre as chamadas rendas excessivas na energia. Isto decorre da revisibilidade dos CMEC que este Governo introduziu no Orçamento do Estado para 2017 (artigo 170) e que previa um “ajustamento final dos custos para a manutenção do equilíbrio contratual” após apuramento “fundamentado em estudo elaborado e apresentado, até ao final do primeiro semestre de 2017, pela ERSE”. Até agora, a avaliação anual dos CMEC era feita pela EDP e pela REN, o que fazia sentir quando estas empresas eram 100% estatais.

O trabalho da ERSE deverá ficar pronto no verão para depois o Ministério da Economia tomar a sua decisão sobre o acerto de contas bem como fixar os preços da eletricidade para o próximo ano. Tudo isto será feito antes da entrega do Orçamento do Estado para 2018, a 15 de outubro, e assim o Governo pode já contar com um bônus para as contas do próximo ano. E durante o debate quinzenal, esta quinta-feira no Parlamento, António Costa deixou o aviso. “Não tenho a menor das dúvidas de que temos de melhorar o quadro regulatório e o contratual”, disse, acusando as empresas de contornarem os quadros regulatórios e contratuais “com a cobertura das entidades reguladoras”.

O Governo de António Costa aguarda ainda a atuação da ERSE, na sequência de uma auditoria da Brattle Group à EDP, pedida pelo governo de Passos Coelho, mas que só chegou já com este Executivo em funções. Essa auditoria indicava que a EDP matéria as centrais com as rendas fixas paradas e colocava as outras a funcionar, ou seja, estava a receber dinheiro a mais, quando deveria colocar primeiro a funcionar as centrais que tinham a renda fixa. Remetendo o estudo em agosto para a ERSE, o Executivo pediu-lhe que “encontre as formas regulatórias e sancionatórias mais adequadas” para



António Costa, no meio do presidente do conselho geral da EDP, Eduardo Catroga, e do presidente da EDP, António Mexia, que foi constituído arguido na semana passada. FOTO MARCOS BORGIA

atuar e as palavras de Costa esta semana no Parlamento são entendidas no Governo como uma forma de manter a pressão sobre o regulador para que não deixe de agir.

Outra área em que o Executivo tentava mexer, soube o Expresso, é na questão do mecanismo de correção de hidraulicidade, ou seja, quer diminuir o que os consumidores pagam pela variação de eletricidade em anos de muita chuva ou de seca. Em declarações ao Expresso, o secretário

de Estado da Energia, Jorge Seguro Sanches, garante que o Governo “está a ser o mais rigoroso” em todas as medidas de modo a baixar o preço da eletricidade em Portugal. O Governo afasta, porém, a hipótese de extinguir os CMEC como pedem PCP e BE. Isto porque não quer correr o risco de ser posto em tribunal pelas elétricas que exigiriam indemnizações.

Reconhecendo que “o sistema elétrico tem problemas de financiamento”, o secretário de Estado responde contudo

a reivindicações do PCP e BE: “Não podemos tomar medidas que pareçam as mais populares mas que têm um problema que é poder originar o pagamento de indemnizações”.

O PCP, por exemplo, avançou com a proposta de “completa extinção” dos Contratos de Aquisição de Energia (CAE) e os CMEC nas negociações para o OE-2017, mas acabou chumbada com os votos contra do PS e PSD e abstenção do CDS. O BE também já propôs várias vezes o fim destas rendas e o deputado Jorge Costa, no dia seguinte à divulgação das investigações do Ministério Público na EDP e na REN, assegurou que o partido “vai voltar a propor que o assunto seja posto em cima da mesa de imediato”.

Curiosamente, o tema da energia tinha sido colocado há quase um mês na agenda parlamentar para debate na próxima segunda-feira, tendo por base três projetos de lei do BE e do PCP sobre a gestão da rede nacional de eletricidade, a livre opção dos consumidores domésticos de eletricidade pelo regime de tarifas reguladas e a eliminação do sobrecusto do investimento nas redes de energia. Na sexta-feira o PCP acrescentou mais um, a propor novamente o fim das rendas.

com ADRIANO NOBRE  
 hpereira@expresso.imprensa.pt

## O QUE PAGAMOS NAS FATURAS DA ELETRICIDADE EM 2017



FONTE: REN

**RENDAS EXCESSIVAS** Os designados CMEC, destinados aos produtores de energia, são um dos custos gerais diluídos nas faturas de eletricidade pagas pelos consumidores, onde figuram rendas dos municípios e a taxa da RTP.

## Vítor Santos: “Contestei sempre o modelo”

Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) nunca aceitou o CMEC pagos à EDP pelos consumidores

Será que as entidades reguladoras permitiram que as empresas de eletricidade ganhassem o que queriam? Os reguladores dizem que não, mas a questão não é simples. O primeiro-ministro, António Costa, afirmou esta semana no Parlamento que as empresas do sector elétrico têm “manhas” para contornar os quadros contratuais, “com a cobertura das entidades reguladoras”, mas a verdade é que os ex-

-responsáveis pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) — Jorge Vasconcelos e Vítor Santos — sempre foram contra a cobrança de sobrecustos aos consumidores de eletricidade. Uma das maiores lutas da ERSE foi precisamente contra o mecanismo que compensa as receitas da produção elétrica. Ou seja, foi contra os Custos de Manutenção do Equilíbrio Contratual (CMEC) que asseguram a maior compensação de receitas à EDP.

Vítor Santos, o anterior presidente da ERSE, recordou ao Expresso que o regulador do sector da energia

nunca gostou do mecanismo de compensação de receitas concedido por lei a dezenas de centrais elétricas da EDP: “Contestei sempre o modelo”. O seu antecessor, Jorge Vasconcelos, também expressou um entendimento igual.

Os documentos da ERSE sobre os CMEC — o parecer inicial sobre o decreto-lei 240/2004 que criou o CMEC e a análise da sua aplicação — nunca foram favoráveis à compensação que a EDP passou a receber devido ao fim de vários Contratos de Aquisição de Energia (CAE) que a empresa tinha em mais de duas dezenas de centrais

elétricas antes da liberalização do sector elétrico. Os CAE garantiam à EDP uma receita previsível para a eletricidade produzida pelas centrais (sobretudo nas barragens), mas depois da liberalização de 2004 estes contratos acabaram, dando lugar aos CMEC. Em maio de 2004, a ERSE deu um parecer negativo sobre o fim dos CAE e a introdução dos CMEC e em março de 2005 disse que os custos pagos pelos consumidores de energia elétrica iam ser superiores ao longo do período de vigência dos CMEC.

JOÃO PALMA-FERREIRA  
 jpferrera@expresso.imprensa.pt

**PGR** Peritos que trabalharam para o inquérito-crime sobre rendas da energia concluíram que equipa de Manuel Pinho aprovou condições leoninas a favor da EDP em circunstâncias suspeitas

# MP crê que EDP foi beneficiada em mais de mil milhões de euros



Texto **MICAEL PEREIRA**  
 Foto **LUÍS BARRA**

Em cinco anos não houve uma única escuta comprometedora. Não houve sequer escutas. Também não foram detetados pagamentos secretos através de *offshores* ou bancos de fortunas no estrangeiro.

Até agora, segundo o Expresso apurou, o inquérito-crime aberto em 2012 para investigar suspeitas de corrupção relacionadas com as rendas excessivas pagas pelos consumidores à EDP, de forma a compensar a empresa por passar a ter concorrência no sector da energia em Portugal, não descobriu indícios sólidos sobre eventuais subornos pagos a decisores políticos. Por outro lado, o Ministério Público está convencido de que a EDP foi beneficiada em mais de mil milhões de euros por decisões tomadas de forma consciente e deliberada, depois de ter encomendado uma perícia aos documentos e contas das rendas da energia e de ter ouvido uma dúzia de testemunhas.

Nas buscas feitas na semana passada à sede da empresa elétrica, em Lisboa, a equipa da Polícia Judiciária liderada pelo procurador Carlos Casimiro, do Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP), pesquisou palavras-chave nos servidores informáticos do edifício. Tirando as siglas associadas ao regime de compensações decididas em 2007 pelo Estado a favor da EDP, como os Custos de Manutenção do Equilíbrio Contratual (CMEC), havia palavras que davam conta do que também andavam atrás. Os inspetores pesquisaram "Manuel Pinho" e "Columbia" — porque suspeitavam que o ex-ministro da Economia foi dar aulas para a Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, depois de sair do Governo de José Sócrates, num eventual esquema corrupto pago pela EDP, através de um patrocínio àquele estabe-

lecimento de ensino em Nova Iorque.

Para já, Manuel Pinho não está na lista de arguidos do inquérito-crime, apesar de, enquanto ministro da Economia, ter assinado um decreto-lei, um despacho e uma portaria em 2007 que determinaram os valores a pagar pelos consumidores de electricidade à EDP e, em contrapartida, a pagar pela empresa ao Estado.

Até agora foram tornados públicos sete nomes. Além de António Mexia, presidente executivo da EDP desde abril de 2006, que foi notificado como arguido no momento das buscas sem ter sido entretanto interrogado, o Ministério Público constituiu mais seis arguidos. Três estavam na administração da EDP com Mexia e assinaram acordos de cessação dos contratos de aquisição de energia (CAE) que tinham sido estabelecidos com o Estado em 1995, abrindo o caminho para o acerto de contas com o Estado feito em 2007 e que permitiu à empresa continuar a produzir energia além dos prazos de concessão das centrais elétricas que estavam definidos antes. O procurador juntou ao rol de suspeitos oficiais um quadro superior e um administrador da REN, João Faria Conceição, que trabalhava para a Boston Consulting Group quando esta consultora terá asseso-

**INVESTIGAÇÃO CONCLUIU QUE FORAM DADAS RECOMENDAÇÕES TÉCNICAS CORRETAS. ESSAS RECOMENDAÇÕES FORAM IGNORADAS**

rado o Estado no estabelecimento do regime das rendas fixas a pagar à EDP.

Os atos em causa no suposto esquema de corrupção aconteceram até junho de 2007, quando foram determinados os valores das rendas fixas a pagar à EDP e o valor que a empresa pagaria ao Estado para aumentar o prazo de concessão de 27 barragens. A terem sido cometidos, os crimes prescrevem em junho de 2017 — este mês —, porque o código penal em vigor à época estipulava um prazo de prescrição de 10 anos para crimes de corrupção e de participação económica em negócio, precisamente as práticas de que estão indiciados os arguidos. O facto de terem passado a arguidos suspende a contagem do tempo para a prescrição, mas essa suspensão tem efeitos apenas individuais, é válida caso a caso. Segundo fonte judicial, isso significa que Manuel Pinho e outros suspeitos no caso têm de tornar-se arguidos ainda este mês ou deixarão de poder vir a ser implicados no inquérito-crime.

Num cenário desses, em que Pinho não seja indiciado por corrupção passiva, acontecerá algo parecido com o que ocorreu no inquérito-crime do DCIAP sobre suspeitas de corrupção no negócio de compra de dois submarinos pelo Estado a um consórcio alemão. Em agosto de 2013, pouco antes de se completarem dez anos sobre a resolução de Conselho de Ministros em que a compra foi adjudicada aos alemães, o Ministério Público constituiu como arguidos os administradores da Escom, consultora no negócio, por indícios de corrupção ativa. Mas não constituiu ninguém por suspeitas de ter sido corrompido — o que deixou de ser possível a partir dessa altura — e o inquérito-crime acabou arquivado ano e meio depois.

**Taxas erradas e recomendações ignoradas**

Se o inquérito-crime do DCIAP parece incipiente quanto às eventuais vantagens obtidas por decisores políticos ou

## AVALIAÇÃO

### REN avaliou barragens 800 milhões acima da EDP

A extensão, por mais 20 anos, do prazo de concessão das barragens geridas pela EDP foi avaliada pela REN-Redes Energéticas Nacionais, que atribuiu aos ativos que integraram o universo deste Domínio Público Hídrico (DPH) "um valor que rondou 1,6 mil milhões de euros", comentou ao Expresso a especialista da REN Maria de Lurdes Baía, responsável por esta avaliação. "O valor foi calculado na perspectiva do investimento

necessário à manutenção futura, durante 20 anos, das centrais elétricas destas barragens, sendo cerca de 800 milhões acima do valor pago pela EDP, que rondou os 759 milhões de euros", referiu. "Realizámos esta avaliação entre o fim de 2006 e o início de 2007, num estudo interno da REN, que queríamos ter para fixarmos um valor orientativo para os ativos do DPH que iam ser objeto de extensão do prazo de concessão", situa Maria de Lurdes Baía. A técnica da REN explica ainda que não sabe com que base foi estabelecido o valor dos 759 milhões de euros que a EDP pagou pelo conjunto das barragens em causa. Este processo de extensão do prazo de concessão das barragens ocorreu sem lançamento de um concurso público.

**JOÃO PALMA-FERRERA**

funcionários do Estado, o mesmo não acontece quanto aos benefícios obtidos de forma alegadamente indevida pela EDP. O Ministério Público recorreu ao núcleo técnico da Procuradoria-Geral da República e contratou peritos externos para analisarem o longo e complexo processo de transição para o mercado livre do sector energético e concluiu que a EDP foi beneficiada pelo Governo em mais de mil milhões de euros. Esse benefício foi obtido, de acordo com o MP, acarretando prejuízos claros para os consumidores e com a consciência absoluta por parte dos decisores políticos do que estavam a fazer.

A investigação concluiu que foram dadas recomendações técnicas corretas e a tempo aos gabinetes envolvidos nas decisões e que se elas tivessem sido seguidas ter-se-ia evitado "sobrecorrecção" a EDP. Mas essas recomendações foram, segundo o Ministério Público, simplesmente ignoradas.

Num relatório de análise feito em 2015 a toda a prova recolhida nos anos anteriores, o núcleo de assessoria téc-

nica da PGR explica em detalhe como estimou em mais de mil milhões o prejuízo para os consumidores e para o Estado português nos acordos com a EDP.

Esse desvio a favor da empresa elétrica deveu-se, essencialmente, ao uso de taxas de cálculo consideradas inapropriadas e que levaram a uma sobrevalorização dos direitos adquiridos da EDP e a uma subavaliação do valor da extensão do prazo das concessões das 27 barragens hidroelétricas em Portugal. Além disso, foram incluídos nos CMEC — o regime de rendas fixas anuais pagas à EDP através das faturas cobradas aos consumidores de electricidade — custos que não estavam previstos nos contratos de aquisição de energia (CAE) antes em vigor, como os alugueres dos terrenos circundantes às barragens pagas pela EDP à REN — e que representaram 7,7 milhões de euros a mais — ou o investimento de 219 milhões em equipamentos na central térmica de Tires, para poderem ser cumpridos novos limites de emissões de gases impostos pela Comissão



Administração da EDP refutou, em conferência de imprensa esta semana, todas as suspeitas

## Comissão Europeia concluiu que não houve favorecimento

Há três semanas, num comunicado divulgado a 15 de maio, a Comissão Europeia (CE) fez saber que concluiu não ter havido nenhum "auxílio estatal" na forma como o Governo português negociou em 2007 com a EDP a extensão das concessões da produção elétrica das 27 barragens exploradas pela empresa. Em média, o prazo dessas concessões terminava em 2020, sendo que no caso de algumas barragens isso iria acontecer logo em 2013 (Bemposta e Miranda). A extensão desse prazo por períodos muito longos, nalguns casos até 2052, custou à EDP 794 milhões de euros. Para a CE, a "metodologia financeira utilizada para avaliar o preço da extensão das concessões foi adequada" e, portanto, o valor pago pela empresa "resultou num preço de mercado justo". Este comunicado foi usado esta semana por António Mexia como um fator a favor da EDP. Depois de ter recebido uma denúncia, a Comissão Europeia tinha aberto um procedimento formal de investigação a este dossiê em setembro de 2013. Não foi ainda divulgado publicamente o despacho de encerramento do caso. Já antes, em 2012, tinha havido queixas apresentadas à Direção-Geral da Concorrência sobre o regime estabelecido em Portugal de rendas fixas a pagar à EDP, queixas que acabaram arquivadas em 2013. Questionada esta semana pelo Expresso sobre a investigação da Direção-Geral da Concorrência, a Comissão respondeu que só avaliou a compatibilidade com as regras da concorrência. "As investigações e decisões da Comissão no domínio da concorrência referem-se unicamente à aplicação das regras da concorrência, neste caso as regras relativas aos auxílios estatais", disse o porta-voz da Comissão Europeia, Ricardo Cardoso.

Europeia, o que também não estaria previsto nos CAE de 1995.

Estes custos extra que acabaram por ser incluídos nos CMEC já tinham sido referidos em março de 2004 em pareceres feitos pela ERSE, a Entidade Reguladora dos Serviços Elétricos, e pela REN nove meses antes de o Governo de Santana Lopes ter aprovado um decreto-lei, o 240/2004, que estabeleceu os princípios do regime de compensações à EDP, ignorando por completo as recomendações feitas pelos técnicos. O diploma, assinado pelo então ministro da Economia Álvaro Barreto, está para lá do horizonte de dez anos da prescrição dos crimes em causa. O parecer da ERSE de 2004 já alertava também para o risco de se usar uma taxa de custo de capital errada para o cálculo das compensações. Uma diferença de 1% na taxa poderia representar 10% a mais na renda fixa anual a pagar à EDP. Foi um aviso premonitório.

De acordo com a perícia encomendada pelo DCIAP, e entregue ao Ministério Público no final de 2013, houve um erro de 89 milhões de euros a mais no valor atribuído aos CMEC só pelo uso nos cálculos de uma taxa de custo médio de capital inadequada. Com base nessa taxa — de 7,55% em vez de 6,1%, que seria a considerada correta pelos peritos, ou de 6,6%, que tinha sido sugerida pela própria EDP — foi determinado pelo Governo, numa portaria assinada por Manuel Pinho a 15 de junho de 2007, que o montante inicial dos CMEC era de 833 milhões de euros e que a renda fixa anual a receber pela EDP era de 81,2 milhões de euros ao longo de 20 anos e meio, o que daria um total de 1,7 mil milhões de euros de compensações pagas à empresa elétrica por ter perdido o monopólio formal do mercado. Nas contas dos peritos contratados pelo DCIAP, o montante inicial dos CMEC devia ter sido 744,7 milhões de euros e a renda fixa anual 64,6 milhões. Ao todo, isso representaria 340 milhões indevidamente pagos a mais à EDP até 2027, último ano de rendas fixas.

Em 2013, durante o Governo de Passos Coelho e por causa das medidas de austeridades negociadas com a *troika*, o regime dos CMEC foi renegociado com a EDP e a renda fixa anual baixou para 67 milhões de euros, mas o Ministério Público considera que no saldo final há ainda 127 milhões a mais a favor da empresa elétrica.

### A surpresa do despacho de Pinho

A acrescentar a isso houve o processo paralelo para determinar o valor da extensão das concessões das barragens. Entre as testemunhas chamadas pelo Ministério Público está uma técnica da REN, Maria Baía, responsável por fazer a avaliação económica de projetos na área da produção de eletricidade, que contou ao procurador Carlos Casimiro como esteve envolvida numa equipa mista, criada com a EDP em 2006, para determinar o valor a pagar pela elétrica pelo direito de prolongar a exploração das barragens. A testemunha revelou que a última estimativa feita pela REN era de 1673 milhões de euros e que ela própria entregou em mãos, na primeira semana de janeiro de 2007, uma nota técnica a um então adjunto do ministro da Economia com a justificação das contas que estavam

na base desse valor. Esse adjunto era Rui Cartaxo, que viria a ser nomeado presidente da REN e é atual presidente do Novo Banco. Cartaxo é agora arguido.

A técnica da REN e um seu administrador, Vitor Baptista, também ouvido como testemunha, contaram que após ter sido entregue em mãos a Rui Cartaxo a última proposta técnica de 1673 milhões para o pagamento de direitos pela EDP ao Estado nunca mais souberam de nada até serem confrontados, cinco meses depois, a 15 de junho, com um despacho do ministro Manuel Pinho (assinado a meias com o ministro do Ambiente, Nunes Correia) a fixar em 759 milhões o valor a pagar pela EDP — ou seja, menos de metade do que a equipa da REN tinha proposto. Esse valor viria a ser ainda mais reduzido, para 704 milhões de euros, ao serem-lhe sidô deduzidas algumas taxas de recursos hídricos TRH. A diferença era de 852 milhões de euros a favor da EDP — ou de 914 milhões, tendo em conta a dedução da TRH. Para chegar a esse montante, o então ministro da Economia ignorou a taxa de atualização proposta pela REN para os cálculos — que era de 6,6% — e usou uma taxa sugerida por dois bancos, a Caixa BI e o Crédit Suisse.

Manuel Pinho tinha assinado um decreto-lei duas semanas antes, a 31 de maio de 2007, determinando que o valor a fixar para o pagamento da EDP ao Estado deveria ter por base avaliações feitas por duas instituições financeiras. Foi com base nas taxas avançadas pela Caixa BI e pelo Crédit Suisse que o ministro justificou a sua decisão. Mas o Ministério Público descobriu que essas avaliações da Caixa BI e do Crédit Suisse, além de compararem a EDP com produtores de energia europeus em contextos diferentes, tinham sido feitas em janeiro de 2007, cinco meses antes de o próprio ministro ter decretado obrigatório que seria com base nelas que o preço iria ser encontrado, com J.V.P.

mperiera@expresso.imprensa.pt

**EQUIPA DA REN CÁLCULOU QUE O ESTADO DEVIA RECEBER €1673 MILHÕES PLO PROLONGAMENTO DA CONCESSÃO DAS BARRAGENS. A EDP PAGOU €704 MILHÕES**

## Ex-governante: "Sines foi dada"

**Em 2007 o diretor-geral de Energia deu licença de produção vitalícia da central de Sines à EDP, sem que o Governo cobrasse. Em causa poderão estar €400 milhões**

Quando, em 2007, o ministro da Economia Manuel Pinho estabeleceu que a EDP pagaria €759 milhões ao Estado pelo prolongamento do prazo de concessão de 27 barragens hidroelétricas, cinco centrais térmicas ficaram de fora desse acerto de contas — e que não foram, aparentemente, objeto de nenhuma negociação de contrapartidas com o Governo. Entre elas, a mais importante era a central de Sines, cuja concessão à EDP terminaria em 2017, implicando a sua entrega gratuita ao Estado nessa altura — ou seja, este ano. Mas apenas dez dias depois da decisão de Manuel Pinho, o então diretor-geral da Energia, Miguel Barreto, emitiu uma licença de produção de energia elétrica para Sines a favor da EDP a título vitalício e sem qualquer contrapartida, de acordo com informações recolhidas pelo Ministério Público no decurso do inquérito-crime sobre suspeitas de corrupção no regime das rendas fixas da energia. Essa extensão do prazo de Sines para lá de 2017 concedida à EDP não foi do conhecimento público e veio a ser descoberto a ser aberto um concurso público para uma nova concessão da central que poderia

significar centenas de milhões de euros para o Estado.

A denúncia foi feita ao Ministério Público por Henrique Gomes, secretário de Estado da Energia entre 2011 e 2012, no governo de Passos Coelho, quando foi inquirido como testemunha pelo Ministério Público em maio de 2014. No seu depoimento, o ex-secretário de Estado contou como após ter entrado para o Governo ouviu rumores de que essa extensão de Sines existia e, depois de ter insistido várias vezes com a Direção-Geral de Energia e Geologia, acabou por receber uma cópia da licença de produção elétrica emitida em junho de 2007 a favor da EDP sem que houvesse qualquer prazo de duração associado — e sem contrapartidas. Henrique Gomes não teve dúvidas em afirmar ao procurador do inquérito-crime que a central de Sines foi "sub-repticiamente atribuída de forma gratuita à EDP".

Uma análise produzida em maio de 2012 e entregue pelo ex-governante ao Ministério Público juntamente com a cópia da licença concluiu que, tendo em conta o valor associado a Sines no cálculo dos CMEC e os investimentos tecnológicos que aumentaram a vida útil da central, a perda para o Estado pelo não-pagamento do prolongamento da concessão poderá ter ascendido aos 400 milhões de euros, numa estimativa para o valor de venda de uma nova licença num cenário em que o Estado abrisse um leilão agora. M.P.

## Os alvos do lóbi da energia

**Álvaro Santos Pereira, Henrique Gomes, Castro Guerra são três ex-governantes que sentiram na pele o peso do sector**



Álvaro Santos Pereira

Mesmo que o ex-ministro da Economia, Álvaro Santos Pereira, diga que não saiu do Governo de Passos Coelho por ter combatido as rendas excessivas da energia, no sector das empresas elétricas é tido como mais um dos alvos abatidos pelo lóbi da EDP. Santos Pereira junta-se ao grupo de "pesados das rendas elétricas" — comenta com ironia um consultor ligado a uma elétrica espanhola —, juntamente com Henrique Gomes, ex-secretário de Estado da Energia, que viu a sua saída do Governo ser festejada com champanhe entre quadros superiores da EDP. E Henrique Gomes bem se queixou publicamente da força do lóbi.

Mas neste caso um conjunto de pessoas formalizou uma queixa na Procuradoria Geral da República (PGR) contra procedimentos, esquemas, e mecanismos de compensação que aparentemente poderiam beneficiar grandes interesses económicos. Esta queixa fica materializada em cinco volumes que integram as várias partes de uma investigação que são objeto da denúncia, das quais ainda só se conhecem quatro volumes. O quinto provavelmente só será divulgado na próxima semana. No sector da energia admite-se que

antes da denúncia anónima ter sido formalizada na PGR — além de outra queixa apresentada em Bruxelas por um grupo liderado por Pedro Sampaio Nunes, que questiona as rendas excessivas cobradas pela EDP — houve uma "limpeza cirúrgica" na REN que afastou quatro técnicos de referência. Nesta lista está o nome de Henrique Gomes, que depois de deixar as funções no Governo regressou à REN, mas sem grande sorte, porque foi posto à margem da atividade diária. A idade dos quadros afastados não foi um critério decisivo, porque entre os que deixaram funções estão pessoas jovens. São os casos de Rodrigo Martins de Brito, Elvira Borges, Maria José Clara, Jorge Liça, Leonel Neves, João Ricardo, Pedro Cabral Nunes ou Lima Bastos, entre uma lista onde facilmente se chega aos 30 quadros técnicos de referência. A resposta da equipa de comunicação da REN é que a empresa procedeu a uma redução de pessoal e portanto saíram os elementos com maior antiguidade para dar lugar a profissionais mais jovens. J.P.F.